



**COMUNICON2018**  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

## **Reconhecimento, alteridade e tradução: apontamentos para a análise discursiva da representação jornalística de uma subjetividade política emergente<sup>1</sup>**

**Nara Lya Cabral Scabin<sup>2</sup>**

**Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Anhembi Morumbi (UAM)**

### **Resumo**

Esta pesquisa investiga a cobertura dos jornais brasileiros *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* sobre a emergência dos debates em torno de políticas identitárias no país, de 1978 a 2018. O foco do trabalho é compreender como os jornais compreendem, representam e traduzem os discursos políticos que refletem uma ruptura epistemológica fundamental da pós-modernidade: a emergência de uma nova subjetividade política, em que o fator identitário constitui elemento decisivo de mobilização. Do ponto de vista teórico-metodológico, filiamos-nos à proposição de uma semântica global dos discursos por Dominique Maingueneau, buscando identificar aspectos constitutivos de uma formação discursiva por meio da identificação de um sistema geral de restrições que rege os diversos planos de um discurso. Neste artigo, focalizamos a análise de matérias jornalísticas publicadas a propósito do dia internacional da mulher em 1981, 2005 e 2017.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso; Jornalismo; Identidade; Alteridade; Subjetividade política.

Este artigo apresenta reflexões desenvolvidas no âmbito de pesquisa de doutorado atualmente em curso na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mayra Rodrigues Gomes, a qual propõe uma genealogia dos discursos que engendram um “novo imaginário político” (FRASER, 2006) na contemporaneidade, entendido a partir da emergência de disputas identitárias, sobretudo em seus desdobramentos em embates em torno de padrões representacionais, com destaque às controvérsias sobre o papel de construções discursivas.

Como aponta Hall (1994), a emergência das chamadas “políticas de identidade” são um fator decisivo nesse cenário, que devem ser entendidas à luz da “centralidade da cultura na constituição da

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho 09 – Comunicação, Discursos da Diferença e Biopolítica do Consumo, do 7º Encontro de GTs de Pós-Graduação – Comunicon, realizado nos dias 10 e 11 de outubro de 2018.

<sup>2</sup> Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Professora dos cursos de Jornalismo e Relações Públicas da Universidade Anhembi Morumbi (UAM). E-mail: nara.cabral@usp.br



COMUNICON2018  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

subjetividade, da própria identidade e da pessoa como um ator social” (HALL, 1997, p. 23). Esse dado, que vem sendo trazido à luz nas discussões acadêmicas e políticas impactadas pela virada cultural, está ligado à percepção acerca da conexão entre a constituição das identidades e os processos de representação/identificação.

Construídas – mas nunca fixadas – culturalmente, as identidades constituem-se no interior das fronteiras que marcam as diferenças – lugares, como aponta Hall (1997), de potenciais contestações dos sentidos, isto é, de *políticas de identidade*. Quando os padrões de representações não são vividos, por diversos grupos sociais, como capazes de *representa-los*, podem emergir reivindicações de definições alternativas que proponham novos conjuntos de representações. Isso pode levar à contestação da autoridade cultural das representações já apresentadas e ao surgimento de um foco diferente de identificação – ou seja, uma nova “política de identidade” (HALL, 1997).

Ao lado da emergência das políticas de identidade, Hall (1994) aponta a virada linguística no século XX como elemento fundamental à compreensão dos deslocamentos epistemológicos que possibilitam a emergência de disputas em torno de padrões linguísticos/discursivos, as quais se constituem como formas de contestação das representações sociais/culturais vigentes. Há uma perspectiva “nominalista”, segundo o autor, de modo que ganha força a crença de que alterações no plano linguístico – especialmente, lexical – seriam suficientes para alterar a realidade material/social.

Esses dados participam do que Nancy Fraser (2006) denomina um “novo imaginário político”, em que a luta por reconhecimento torna-se a forma paradigmática de conflito político. Essas demandas em nome do “reconhecimento da diferença” alimentam as lutas de grupos articulados em torno de eixos identitários, tais como etnia, gênero e sexualidade. Nestes conflitos “pós-socialistas”, segundo Fraser, “a dominação cultural suplanta a exploração como a injustiça fundamental. E o reconhecimento cultural toma o lugar da redistribuição socioeconômica como remédio para a injustiça e objetivo da luta política” (FRASER, 2006, p. 231).

Em decorrência disso, questões que tradicionalmente eram consideradas como não políticas – tais como vida familiar, casamento, relações sexuais – adquiriram estatuto político. Como aponta Hall (1994), se, no passado, as principais contradições da vida social sob a ótica da esquerda estavam na exploração econômica e na luta de classes, o contexto contemporâneo é marcado pela proliferação dos locais de conflito social, que passam a incluir questões de gênero, raça, sexualidade etc.



**COMUNICON2018**  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

Diante desse cenário, o objeto em foco nesta pesquisa diz respeito às zonas de contato e colisão, diálogo e conflito entre o discurso midiático e o discurso político, mapeando seus pontos de tensão, tentativas de negociação, estabelecimento de diálogos e influências mútuas. Do ponto de vista teórico-metodológico, filiamos-nos à visada arqueológica de Michel Foucault e à proposição de uma semântica global dos discursos por Dominique Maingueneau. Pretendemos, dessa forma, reconhecer o papel das mídias jornalísticas na em sua tarefa de *traduzir*, em uma perspectiva interdiscursiva, os discursos que compõem os embates em foco.

Como aponta Maingueneau (2008), no espaço interdiscursivo composto por formações discursivas que se delimitam reciprocamente, um discurso só pode traduzir o Outro nos termos de si Mesmo, produzindo dele, portanto, um simulacro. Nesse sentido, investigar como o jornalismo – instituição fundamentalmente moderna – traduz uma formação discursiva que emerge na contemporaneidade é um caminho para compreender os valores e imaginários que o alimentam.

### **Procedimentos metodológicos**

Na pesquisa de que trata este artigo, elegemos como foco de atenção as disputas identitárias que emergem nas representações construídas do debate público por jornais brasileiros de circulação nacional e expressiva tiragem, a saber: *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*. O período de observação adotado corresponde ao intervalo de 1978 a 2018. A delimitação de tal período de observação parte, como delimitação inicial, do contexto de emergência dos movimentos pela redemocratização do país, em plena ditadura militar, cenário que nos interessa porque possibilita recuperar possíveis manifestações embrionárias, no contexto de movimentos representativos de minorias sociais, das atuais disputas sobre o signo linguístico e seu poder de representação.

O ano de 1978, especificamente, é adotado como marco inicial de nosso recorte por se tratar do ano em que teve fim a censura prévia a jornais no Brasil, com a retirada dos últimos censores remanescentes das redações e a revogação do Ato Institucional n.º 5, o AI-5; entendemos que essa marcação nos é relevante, já que, antes desse período, a interferência da tesoura do censor sobre os temas que poderiam ou não ser tratados pela imprensa impossibilitaria – ou, no mínimo, dificultaria – a localização de referências, pelos discursos jornalísticos, às disputas identitárias.





COMUNICON2018  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

Diante da escolha de três veículos jornalísticos como foco de atenção e de um período de observação cobrindo quarenta anos, alguns recortes precisaram se feitos a fim de viabilizar o levantamento das matérias jornalísticas para constituição do *corpus* de pesquisa. Em primeiro lugar, elegemos, como ponto de partida à coleta dos dados, três eixos identitários fundamentais: o campo relativo a etnia, no que diz respeito à luta contra o racismo e, em especial, em nome dos direitos dos negros; o campo relativo a gênero, no que toca os movimentos em defesa dos direitos das mulheres e as discussões sobre identidade de gênero; e o campo relativo a sexualidade, em especial no que concerne às mobilizações em favor da afirmação da diversidade sexual. A escolha desses eixos identitários como foco de atenção baseia-se naqueles campos, como assinala Maria da Gloria Gohn, que se destacam entre as pautas dos movimentos organizados da sociedade civil que ganham visibilidade na cena pública na virada do século XX para o século XXI (GOHN, 2013). Neste artigo, como veremos mais adiante, apresentamos reflexões sobre um breve recorte do *corpus* de pesquisa, concentrado na categoria *gênero*.

Em segundo lugar, optamos por concentrar nosso levantamento apenas nas capas dos jornais. Esse recorte não constitui uma escolha aleatória, já que as primeiras páginas de veículos jornalísticos constituem um verdadeiro *dispositivo*, em sentido foucaultiano, e concretizam o que o jornal considera de mais relevante de acordo com sua linha editorial. Ainda assim, teríamos aproximadamente 43.800 capas publicadas, pelos três jornais pesquisados, entre 1978 e 2018 – número demasiadamente extenso para uma pesquisa de doutorado.

Por isso, selecionamos, como universo de investigação, as capas de cada um dos jornais em foco publicadas em um mês a cada um dos quarenta anos em foco, intercaladamente, começando por dezembro de 1978. Entendemos que esse recorte não prejudica o levantamento dos dados empíricos para a composição do *corpus*, já que, em Análise do Discurso, os enunciados considerados individualmente não são uma unidade pertinente de estudo: em lugar disso, eles devem ser tomados em suas reiterações; ao mesmo tempo, nenhum enunciado é completamente original.

Neste artigo, apresentamos um exercício metodológico traçado a partir de matérias a propósito do dia internacional da mulher publicadas pelos jornais *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* em 8 de março de 1981, 8 de março de 2005 e em 8 de março de 2017. Segundo o critério de amostragem que considerou, para a constituição do *corpus* de pesquisa, meses alternados



**COMUNICON2018**  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

ao longo do período de observação, conforme enunciado anteriormente, o mês de março foi objeto de atenção por quatro vezes ao longo do período de observação: em 1981, 1993, 2005 e 2017.

Por meio da observação das capas dos jornais publicadas no dia 8 de março destes quatro anos, pudemos localizar referências ao dia internacional da mulher. Em 1981, encontramos apenas uma única chamada, na capa da *Folha*, para uma edição comemorativa do caderno *Folhetim*; em 1993, não localizamos qualquer referência nas capas dos três jornais; em 2005 e em 2017, os três veículos publicaram, em suas primeiras páginas, chamadas para matérias ou cadernos especiais que tinham como gancho o dia 8 de março. É interessante observar que esse dado, o da maior presença em 2005 e 2017 de referências ao dia internacional da mulher nas capas dos jornais, é indicativo, por si só, do aumento da visibilidade concedida pelos veículos jornalísticos em foco a questões identitárias ligadas à categoria *gênero*.

A escolha das referidas matérias sobre o dia internacional da mulher como objeto do esboço analítico que aqui apresentamos justifica-se pela necessidade de recortar, dentre o material que compõe o *corpus* de pesquisa, um conjunto pontual de textos, que permita o desenvolvimento de reflexões sobre as três publicações jornalísticas em questão. Ao mesmo tempo, a partir dos textos selecionados, centramos nossos esforços em um conjunto de enunciados que se organizam em torno de eixo temático comum.

## **Reflexões sobre o material jornalístico**

Segundo a proposta de análise discursiva apresentada por Maingueneau (2008, p. 48), para definir o sistema de restrições semânticas de uma formação discursiva, é preciso “definir operadores de individuação”, filtros que fixam critérios que permitem distinguir certos textos como pertencendo a um discurso determinado. Esses operadores determinam o dizível de um campo discursivo por meio da incidência simultânea sobre universos intertextuais – espaços próprios de cada discurso em que se estabelecem relações, circulam actantes, apresentam-se textos e narrativas – e dispositivas retóricas disponíveis para a enunciação no âmbito um discurso dado. O modo como um discurso mobiliza esses dois domínios é regido por um sistema de restrições único, uma *competência discursiva*.

Para Foucault, já que “a análise enunciativa pode aplicar-se apenas às coisas ditas”, o princípio de uma competência se encontraria excluído; para nós, o desvio por um modelo de competência, por aquilo que *pode* ser dito, permite justamente melhor dar conta do que foi



efetivamente dito. A única coisa que importa é não ser levado da competência a uma combinatória a-histórica, ou, ao contrário, por respeito à coisa enunciada, naufragar na pura descrição [grifos do autor] (MAINGUENEAU, 2008, p. 49).

Se invocamos as palavras de Maingueneau, é porque buscamos neste trabalho focalizar o atravessamento do discurso jornalístico por formações discursivas a partir da concepção de um *sistema de restrições semânticas globais*. Por outro lado, à semelhança de Foucault, partimos da análise das *coisas ditas*, dos enunciados efetivamente formulados como objeto de estudo, dada a natureza de nosso *corpus*. Do diálogo entre Maingueneau e Foucault, buscamos traçar um percurso analítico capaz de dar conta tanto de rupturas quanto de invariâncias discursivas – e, em particular, esperamos identificar as rupturas como *meio* para a descrição mais efetiva de invariâncias. Em outros termos, só será possível identificar regularidades, em nosso horizonte de pesquisa, se houver também a possibilidade de identificar as áreas limítrofes dos discursos, sua delimitação recíproca, alteridade como fator de identidade.

Dado o caráter compósito de nosso *corpus* de pesquisa, torna-se particularmente relevante identificar as especificidades dos sistemas de restrições que regem as diversas formações discursivas representadas, traduzidas e mediadas pelos enunciados jornalísticos. A investigação desses sistemas de restrição, por sua vez, passa por procedimentos analíticos que focalizam – nos termos de Maingueneau (2008) – a *semântica global* dos discursos, isto é, consideram simultaneamente e de maneira integrada os diversos *planos* discursivos, conforme discutimos a seguir:

- Enquadramentos temáticos. Para Maingueneau (2008, p. 82), “o importante não é o tema, mas seu tratamento semântico”. Diferentes tratamentos semânticos podem referir-se a diferentes sistemas de restrição, indicativos do atravessamento dos enunciados jornalísticos por formações discursivas diversas. Em um primeiro momento, os enquadramentos temáticos podem ser avaliados em função das diferentes editorias ou cadernos em que as matérias jornalísticas de nosso *corpus* foram publicadas.
- Marcas de intertextualidade. Segundo Maingueneau (2008), a intertextualidade interna diz respeito à recuperação de discursos no interior do campo discursivo, enquanto a intertextualidade externa diz respeito ao estabelecimento de relações com outros campos; em ambos os casos, intervêm os sistemas de restrições próprios de cada formação discursiva. No caso de nosso objeto de estudo, as duas formas de intertextualidade nos interessam: tanto a intertextualidade interna, dada pela citação





COMUNICON2018  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

de textos fundadores do ideário do jornalismo, quanto a intertextualidade externa, dada pela referência a discursos provenientes de diferentes campos sociais, os quais frequentemente produzem interdições uns sobre os outros.

- Representações dos eixos identitários focalizados. Neste plano de análise, interessam-nos tanto o vocabulário apresentado nos enunciados jornalísticos como forma de representar os eixos identitários em foco – como assinala Maingueneau (2008), as palavras possuem interesse para a análise discursiva quando, em sua reiteração, representam pontos de cristalização semântica de discursos –, quanto as imagens construídas/invocadas por meio da linguagem como forma de representação desses grupos.
- Modos de incorporação do discurso alheio relatado. Correlatos do que Maingueneau (2008) denomina como “modo de coesão” de um discurso, os modos de incorporação do discurso alheio relatado dizem respeito às formas por meio das quais os enunciados jornalísticos constroem suas redes de remissões internas; dito de outro modo, interessa-nos compreender os modos por meio dos quais se constroem, nas matérias jornalísticas, o *encadeamento* e o *recorte* discursivos. Assim, torna-se possível compreender a quais vozes os jornais analisados concedem visibilidade e que tipo de visibilidade lhes é concedida.

\*\*\*

Considerando a análise dos planos discursivos apontados por Maingueneau (2008), seguindo as nuances a partir das quais são adotados nesta pesquisa, conforme acabamos de descrever, apresentamos, a seguir, um exercício metodológico focalizando o recorte aqui proposto. Esse recorte, como já afirmamos, é constituído de matérias jornalísticas de nosso *corpus* publicadas nos dias 8 de março de 1981, 2005 e 2017, em *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, sobre o dia internacional da mulher. Todas essas matérias, relacionadas ao eixo identitário *gênero*, contavam com chamadas nas capas das edições em que foram originalmente publicadas.

#### a) Enquadramentos temáticos

A forma mais evidente de mapear os enquadramentos temáticos operados nas matérias jornalísticas acerca do eixo identitário *gênero* diz respeito à observação das editoriais em que foram publicadas as matérias em análise. Excetuando-se os especiais publicados pela *Folha* em 1981 e



COMUNICON2018  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

2005, os demais textos levantados distribuem-se entre em cadernos que abordam assuntos cotidianos – caso, sobretudo, das matérias que focalizam a violência contra a mulher – e comportamento e/ou cultura – caso de matérias que apresentam dados sobre a escolaridade feminina e a presença de mulheres no mercado de trabalho, por exemplo. Cabe ainda observar, em relação à amostra considerada neste artigo, que apenas um texto foi localizado em um caderno de política: trata-se da notícia *Crítica feminina é igual na direita e na esquerda*, publicada pela *Folha* em 8 de março de 2017, sobre as dificuldades enfrentadas por candidatas a cargos políticos em seus diferentes partidos.

Também o especial publicado pela *Folha* em 2005 reforça a tendência aqui observada: embora o suplemento não siga a divisão entre editorias típica do restante do jornal, as matérias constroem-se a partir de enfoques recorrentes em cadernos de comportamento, cultura e cotidiano. Vale observar ainda que, mesmo quando um assunto relacionado a economia é abordado, seu enquadramento se dá por meio da lógica do *consumo* ou da formação acadêmica e qualificação das mulheres, da dificuldade em conciliar trabalho e cuidado com os filhos etc. – enfoques mais comuns não em editorias de política ou economia, mas sim, em cadernos de comportamento, cultura ou cotidiano. Abordagens que priorizem dimensões macroeconômicas ou de economia política não estão presentes no especial da *Folha*.

Por fim, em relação aos enquadramentos temáticos, é possível elencar os *assuntos* mais recorrentes nas matérias aqui focalizadas e que representam o modo como questões de gênero são trabalhadas nos textos em questão: trabalho/consumo; formação/educação; cuidado com os filhos e a família; violência/assédio.

## **b) Representações do eixo identitário focalizado**

Como, neste artigo, focalizamos apenas matérias jornalísticas vinculadas a *gênero*, as observações que podemos fazer a respeito das representações construídas pelos jornais dizem respeito apenas a esse eixo identitário. Assim, com base nos enquadramentos temáticos e nas marcas de intertextualidade presentes nos textos (conforme veremos a seguir), as representações construídas sobre mulheres nas matérias em foco reiteram uma ambiguidade indissolúvel: a mulher dividida entre o mercado de trabalho e a dedicação à vida familiar. Mesmo em matérias que enfatizam a presença da mulher em áreas profissionais diversas, são recorrentes as referências à dificuldade enfrentada pelas profissionais em conciliarem vida doméstica e trabalho.





COMUNICON2018  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

Outra representação constantemente reiterada nos textos focaliza a mulher a partir de um *ethos* ao mesmo tempo de consumo e inclinação para a vida corporativa: a mulher que supera as dificuldades impostas por sua condição de gênero é a que prospera nos negócios e/ou carreira e, ao mesmo tempo, é uma consumidora consciente e bem informada. Essas representações reforçam-se também quando consideramos o vocabulário mobilizado pelos jornais: *carreira, trabalho, maternidade, educação, finanças, filhos* são palavras-chave recorrentes ao longo dos textos.

Como se vê, a representação da mulher nas matérias ancora-se, predominantemente, em iniciativas individuais e aspectos da vida privada; são raras as referências a políticas públicas para mulheres e à participação das mulheres na política. Mesmo os textos que se fundamentam em dados a propósito da desigualdade salarial entre homens e mulheres, por exemplo, quando recorrem à incorporação de vozes de fontes especializadas, fazem-no com a finalidade de incorporar comentários acerca dos *diagnósticos*, e raramente como forma de apontar *prognósticos*, os quais poderiam passar pela cobrança de ações por parte do poder público.

É interessante observar, nesse sentido, que as matérias que procuram reforçar a presença feminina no mercado de trabalho ou questionar a desigualdade salarial entre homens e mulheres, por meio de dados ou da recorrência a especialistas, têm como pressuposto o questionamento de uma representação arraigada no imaginário social acerca da mulher enquanto restrita à vida doméstica. Não se pode desconsiderar que a contestação dessa representação tradicional acerca do feminino coloca-se sobretudo para a mulher das classes média e alta, para quem se coloca a possibilidade de escolha entre trabalhar fora ou cuidar da casa e da família; para as mulheres de classes baixas, ofertar sua força de trabalho em troca de salário não se coloca como opção, mas como necessidade. Em outros termos, a dimensão identitária ligada à classe social está fora da discussão proposta pelos jornais a respeito da condição feminina – ou melhor, ainda que a condição de classe não se explicita ao longo dos textos, eles pressupõem leitoras de classe média ou alta, em consonância com o contrato de comunicação construído pelas publicações.

Vale ainda observar que, ao mesmo tempo em que procuram valorar positivamente a presença da mulher em espaços públicos, as matérias reiteram a dicotomia *público versus privado* e tampouco questionam ou distanciam-se da constituição identitária de gênero com base no binarismo *homem versus mulher*, pauta recorrente de discursos engajados em políticas de identidade.



COMUNICON2018  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

### c) Marcas de intertextualidade e presença de voz alheia relatada

As marcas de interdiscursividade presentes nos textos analisados devem-se, sobretudo, à referência a pesquisas promovidas por institutos independentes e órgãos governamentais, a exemplo dos dados apurados pelo Ministério da Educação, pela Secretaria Especial de Políticas para as mulheres e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais a respeito das diferenças em termos de formação educacional entre homens e mulheres, conforme a reportagem publicada por *O Estado de S. Paulo* em 8 de março de 2005. Também se destacam as referências a dados coletados pelo Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE) e pela própria *Folha*, por meio do Datafolha.

Essas vozes estão presentes sobretudo nas edições mais recentes dos jornais, de 2005 e 2017, e os especialistas que falam em nome dos órgãos de pesquisa consultados têm suas falas apresentadas como falas detentoras de autoridade, preservadas entre aspas, em discurso direto. Observe-se ainda que de maneira recorrente a publicação de pesquisas pelos órgãos ouvidos é, em si, objeto principal das notícias: é o caso da matéria *Cresce total de doutoras e mestras*, do *Estadão* de 8 de março de 2005, e do especial *O que elas querem?*, da *Folha* de 8 de março de 2005.

Cabe determo-nos de modo mais detalhado em relação a esse especial da *Folha*. O suplemento é dividido em pequenas seções: *Sociedade: participação*; *Sociedade: consumo e finanças*; *Trabalho: carreira e educação*; *Vida pessoal: saúde e cultura*; *Família: desestruturação*; *Família: educação dos filhos*. As matérias citam dados apurados por institutos de pesquisas mesclados aos pareceres de especialistas ligados a universidades, personalidades iminentes do mundo corporativo e personagens ordinários que emprestam suas vozes à ilustração das matérias. Tanto especialistas quanto personagens comuns têm seu discurso transposto, na maioria das vezes, em discurso direto: no caso dos especialistas, o recurso às aspas introduz citações que ordenam o caos dos dados e números presentes nos textos; no caso dos personagens comuns, as aspas operam como índices de realidade.

Vale observar, porém, que não comparecem no especial vozes de militantes e representantes de movimentos sociais, à exceção de um único caso: na matéria *Representação aumenta à sombra do machismo*, que integra a seção *Sociedade: participação* do especial, há uma referência vaga a grupos feministas, sem, porém, conferir-lhes voz: “[...] Entidade feministas são unânimes em afirmar que houve conquistas, mas continuam mobilizadas na luta por igualdade [...] Capitaneadas pelo Cfemea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), esses movimentos criaram uma comissão de análise do



COMUNICON2018  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

Orçamento da União para acompanhar os gastos com políticas específicas para as mulheres”. Essa tendência de dar visibilidade a pautas debatidas e propostas por movimentos sociais sem dar voz a seus representantes ou citá-los de maneira imprecisa mostra-se recorrente nas demais publicações do *Estadão* e *Globo* dos anos 2005 e 2017.

Encontram-se exceções a essa tendência na matéria *1 em cada 3 brasileiras diz ter sido vítima de violência*, publicada pela *Folha* em 8 de março de 2017. Embora o texto se baseie no resultado de uma pesquisa realizada pelo Datafolha e encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança e conceda espaço privilegiado à fala de especialistas, ele apresenta também, em discurso direto, as falas de Juliana Gonçalves, organizadora da Marcha das Mulheres Negras em São Paulo, e Djamilia Ribeiro, filósofa e militante negra. É interesse observar o papel cumprido por esse expediente na matéria: escrito por Fernanda Mena, uma repórter branca, o texto parece fundamentar-se no princípio do *lugar de fala* – tema colocado em pauta por movimentos sociais em defesa de minorias e políticas de identidade – ao recorrer à voz de militantes negras para comentar os dados apurados pela pesquisa que se referem às formas de violência sofridas por mulheres negras.

Vale destacar também a matéria intitulada *Fieis aceitam aborto e preservativo*, publicada em 8 de março de 2005 pelo *Estadão*. Aqui, mais uma vez vemos a ancoragem do texto em dados estatísticos: a notícia apresenta os resultados de uma pesquisa feita pelo Ibope por encomenda da ONG Católicas pelo Direito de Decidir. Ao mesmo tempo, porém, a matéria dá voz a uma entidade não governamental que se coloca em defesa de direitos das mulheres, inclusive o direito ao aborto, sob uma perspectiva católica. Ao longo do texto, encontram-se transcrições em discurso direto de declarações da representante da ONG, Dulce Xavier, e de uma dona de casa que opina em concordância com os dados apurados pela pesquisa.

Embora o texto confira voz a mulheres engajadas no debate sobre o aborto – em consonância com o reivindicado *lugar de fala* –, é preciso observar que essas vozes aparecem no texto na medida em que reforçam os dados apurados em pesquisa, estes sim apresentados como índices fortes de realidade. Além disso, ao final da matéria, aparece, também em discurso direto, uma declaração de Dom Estevão Bettencourt, professor de Teologia e diretor da Faculdade de Filosofia da Arquidiocese do Rio, questionando as opiniões defendidas pelas demais entrevistadas. Apresentada como de um *especialista*, e não de um *religioso*, a voz de Bettencourt goza de maior prestígio na construção da matéria em relação às demais declarações, representadas como ligadas ao *senso comum*.





COMUNICON2018  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

Tais tendências observadas nas matérias mais recentes de nosso recorte destoam do que se verifica no especial publicado pela *Folha* em 1981: no suplemento, praticamente todos os textos são assinados por mulheres, referenciadas como militantes, ligadas a movimentos sociais e coletivos feministas diversos, embora muitas cumpram também o papel de especialistas ligadas à academia. Em geral, o conteúdo do suplemento é de caráter opinativo e propõe o levantamento de questões mais diversificadas se comparadas com aquelas presentes nas publicações de anos mais recentes: são discutidas de modo mais incisivo temáticas como aborto, homossexualidade, casamento etc.

### Considerações finais

À guisa de considerações finais, cabe observar alguns aspectos marcantes das capas em que foram publicadas as chamadas para as matérias jornalísticas analisadas, os quais parecem reforçar e amarrar as observações traçadas a partir do exame dos diversos planos discursivos dos discursos jornalísticos focalizados. Na capa da *Folha de S. Paulo* de 8 de março de 1981, por exemplo, a chamada para uma edição especial do caderno *Folhetim* em comemoração ao dia internacional da mulher encontra-se encabeçando um box localizado na primeira coluna à esquerda da página em que se apresentam os destaques da edição. O título *A mulher*, acompanhado pela miniatura da ilustração que se encontra na capa do especial, introduz a breve chamada que destaca os desafios vivenciados pela mulher no mercado de trabalho e “as redefinições do casamento e da maternidade”.

Na capa de *O Estado de S. Paulo* de 8 de março de 2005, logo abaixo do cabeçalho e na última coluna da direita, uma vinheta intitulada *Dia internacional da mulher* abriga as chamadas *Brasil tem mais mestras e doutoras* e *Católicos aceitam aborto e camisinha*; um pouco mais abaixo, a chamada *Homem é ciência; mulher é arte* destaca a coluna de Arnaldo Jabor para o dia 8 de março. Todas as chamadas, embora estejam alocadas na porção superior da página, recebem destaque inferior do que matérias dos cadernos do Primeiro Caderno associadas a temas políticos convencionais: o arquivamento, pelo STF, do caso Lula-FHC e a renúncia do então presidente boliviano, Carlos Mesa.

Na capa de *O Globo* de 8 de março de 2005, encontra-se, na última coluna da direita e quase no pé da página, a chamada *Mulheres já são maioria em mestrado em doutorado*. À diferença da capa do *Estadão*, não há aqui vinheta relacionando a manchete ao dia internacional da mulher. A



COMUNICON2018  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

chamada, que também não possui imagem, recebe ênfase menor na capa do que matérias do cotidiano da cidade e violência, tais como *Leblon, entre o público e o privado* e *Cariocas ajudam a proteger turistas*, e notícias consideradas de economia e política tradicionais – *Descontos de até 70% acirram guerra por passageiros de avião* e *Bolívia: Mercosul pressiona por uma solução democrática*.

Na capa da *Folha* de 8 de março de 2005, observa-se tendência parecida com aquela verificada nos outros dois jornais: a chamada para o caderno especial sobre o dia internacional da mulher recebe destaque menor do que notícias de política nacional – *STF rejeita pedido do PSDB para acionar Lula*, política internacional e cotidiano. A chamada *Caderno avalia mulher no país* encontra-se em um box colorido situado nas duas primeiras colunas à esquerda da página, localizado da metade para baixo da capa. No breve texto localizado no box, enfatizam-se aspectos da colocação da mulher no mercado de trabalho, formação, desigualdade salarial entre homens e mulheres e comportamento na internet.

Composições similares estão presentes também nas capas do *Estadão*, do *Globo* e da *Folha* de 8 de março de 2017. A partir da observação de todas as capas, destacam-se dois aspectos principais: em primeiro lugar, o fato de as chamadas para as matérias relacionadas ao dia internacional da mulher receberem, em geral, menos destaque na composição das páginas do que notícias tradicionais de política e economia; em segundo lugar, e mais importante, o fato de essas chamadas estarem circunscritas a um espaço editorial bem delimitado e apartado do restante da cobertura, seja por meio de sua abordagem em cadernos especiais, seja por meio de sua apresentação gráfica por meio de recursos como box e traços. Essas linhas divisórias parecem traduzir-se no modo como os jornais abordam as questões de gênero em datas como o dia internacional da mulher: em regime de exceção, favorecendo uma visibilidade da mulher como o *outro* do discurso jornalístico.

Por fim, considerando essas observações a respeito da constituição das capas dos jornais ao lado das reflexões traçadas a partir do exame dos diversos planos discursivos das matérias jornalísticas focalizadas, uma constatação preliminar geral pode ser feita sobre os textos jornalísticos em foco. O que se observa, ao menos com base no recorte considerado neste breve esboço analítico, é que, à medida que os anos avançam e a discussão sobre gênero alcança maior projeção pública, a visibilidade conferida pelos jornais aqui analisados a esses debates amplia-se.

Ao mesmo tempo, não obstante, a maior visibilidade concedida a essas discussões parece ser acompanhada por uma interdição do discurso político por discursos oriundos de diferentes campos



COMUNICON2018  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

sociais. Em especial, é possível destacar uma interdição do campo político operada por discursos provenientes dos campos científico e jurídico – evidenciados pela presença crescente de especialistas consultados pelos jornais, em detrimento de militantes, representantes de movimentos sociais etc.

## Referências

FRASER, Nancy. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista”. Trad. Julio Assis Simões. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, pp. 231-239, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>>. Acesso em: 28 Fev. 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2013.

HALL, Stuart. “Some ‘politically incorrect’ pathways through PC”. In: DUNANT, Sarah (ed.). **The war of the words**: the political correctness debate. London: Virago, 1994, pp. 164-183. Disponível em: <<http://www.ram-wan.net/restrepo/hall/some%20politically%20incorrect%20pathways.pdf>>. Acesso em 28 Fev. 2018.

\_\_\_\_\_. “A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo”. Trad. Ricardo Uebel, Maria Isabel Bujes e Marisa Vorraber Costa. **Educação & Realidade**, 22(2), pp. 15-46, jul./dez.1997. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361>>. Acesso em: 28 Fev. 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos Discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2005.